

## SOBRE O FUNDAMENTO DO ESTADO EM ESPINOSA A PARTIR DO CONCEITO DE NECESSIDADE

CRISTIANO BONNEAU \*

### A NECESSIDADE ENQUANTO REALIDADE MESMA DO MUNDO

Partindo da tese que a essência do homem corresponde ao fato deste ser um político, ou um *zoôn politikon*, como sustentara Aristóteles, em Espinosa, a relação de causa e efeito entre natureza humana e sociedade não segue precisamente esta ordem. Naturalmente, do enunciado aristotélico acerca da natureza humana resulta inequivocamente uma ordem social em vistas de um modelo moderador e justo; a ideia espinosista suspende e revisa a relação do homem com o social, e exprime-se sobre outra ótica: a da *necessidade*. Para tal é preciso esclarecer o que significa a necessidade para a tradição medieval, sobretudo a da filosofia escolástica e da religião cristã e o parecer do filósofo de Amsterdã sobre esta ideia. Num primeiro momento, Espinosa reflete sobre a ideia de necessidade na mesma perspectiva de sua crítica à mundivisão colocada pelas teologias e filosofias da tradição.

Prossegue ele, rejeitando um conceito de mundo como parte de um projeto divino; um Demiurgo, que, por vontade própria, e uma gama de outros sentimentos e poder, constrói o cosmos pela sua ideia e inevitavelmente, à sua semelhança. Visto que, se houve essa necessidade, então, cabe a Espinosa denunciar que ao mesmo tempo Deus era o ente supremo, e que, estranhamente, faltar-lhe-ia algo. Como pode faltar algo a Deus, se ele representa o infinito de possibilidades no mundo através da crença em sua perfeição? Ora, “[...] se Deus age com vista de um fim, é porque necessariamente deseja algo que lhe carece”<sup>1</sup>, portanto, que

perfeição pode emanar de uma entidade que em si mesma não se basta? Se lhe falta algo, estamos inevitavelmente remetidos a uma espécie de mutilação; Deus enquanto incompleto, não pode ter mais a autoridade da perfeição. Eis uma contradição vertiginosa apontada pelo filósofo, que rechaça em absoluto uma ideia de necessidade enquanto busca pela falta de algo, quando esta se remete, nestes termos, à divindade.

Deus não pode ficar à mercê das vicissitudes do mundo, de um capricho de sua essência, preferindo satisfazer determinados desejos em detrimento de outros, como um bufão diante de uma mesa farta, escolhendo entre um pernil de porco e uma torta de maçã. Em momento algum, pela própria coesão do conceito divino, ‘renúncia’ e Deus são noções que podem ser fundidas. Desta forma, os homens incorrem numa ideia inadequada de Deus, visto que acabam confundindo-o consigo mesmo. É desta forma que a natureza divina torna-se embaraçosa, dizendo-se que “Deus tem o poder de tudo destruir e de tudo reduzir ao nada. Vai-se mais longe, compara-se o poder de Deus ao poder dos reis.”<sup>2</sup> Resulta que, acaba-se por “confundir a potência de Deus com a potência humana e com o direito dos reis.”<sup>3</sup>

O trabalho de Espinosa concentra-se na equiparação ontológica das ideias de extensão e de pensamento (as duas formas, ou *modos*, pelos quais o mundo é conhecido pelo homem.)<sup>4</sup> com o restante da Natureza, ou seja, Deus. Daí a possibilidade de sustentação do seu *panteísmo*, cujas consequências mais sérias são o esvaziamento do Deus judaico-cristão de qualquer tipo de moralidade. Deus não é causa do Bem ou do Mal, muito menos da criação do

\* Doutorando do PPGF - USP e professor da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB (Campus IV).

<sup>1</sup> Espinosa, *Ética*, Parte I, prop. XXXIV. Apêndice.

<sup>2</sup> Espinosa, *Ética* II, prop. III, Escólio.

<sup>3</sup> *Ibidem*, *Idem*.

<sup>4</sup> Vide *Ética*, Parte I.

mundo, do homem ou futuro findar destes. Ele não recompensa, nem administra milagres ou pune. Não há um modelo pré-determinado para o mundo, nem arquétipo do justo, do belo e do bem. Toda abstração ou conceito que se proponha enquanto universal é para Espinosa, uma ideia inadequada das coisas.

Por isso, a necessidade divina não pode ser compreendida na perspectiva da moral; mas sim, na forma como as coisas do mundo se dão efetivamente. Fora desta lógica, corremos o risco de pensar o mundo diferentemente do que ele é, ou esperar dele algo, como em afetos ligados a um destino ou um juízo final. Não há finalidade para o mundo, visto que a necessidade do mundo é a realidade. O necessário e o real são terminologias que formam uma aliança inseparável em Espinosa; contudo, pensar um sem o outro, é carregar de sentido moral a ideia de necessidade, e vislumbrar inadequadamente as ideias imanentes às coisas, dado que, a “verdade se revela a si mesma e todas as coisas teriam confluído espontaneamente a ela.”<sup>5</sup> Com a ideia de Deus e a noção de necessidade, Espinosa intenta promover mais do que uma laicização dos conceitos, mas imprimir nestes uma perspectiva não moral. Os conceitos devem ter em si mesmo o seu princípio de razão suficiente. São adequados porque exprimem uma ideia das coisas que dizem respeito às próprias coisas e não aos seus desdobramentos. A adequação consiste em perceber a essência do objeto e de que desta é que emana as suas consequências, fases e modos.

A necessidade não diz respeito a uma escolha, mas a uma condição da qual, todo ente existente está condicionado: a realidade em si – em todas as suas formas, sutilezas, obscuridades e maravilhas. E nenhum ente deste mundo, ou *modo* dos atributos divinos, está livre, aquém ou além, das agruras da necessidade. Portanto, “na Natureza nada existe de contingente antes tudo é determinado pela natureza divina a existir e agir de modo certo”<sup>6</sup> O aspecto da realidade se sobrepõem a qualquer outro. Ele fala por si, e este contato imediato, Espinosa busca restabelecer. Uma cultura, uma religião ou um

partido político, além de não nascerem do acaso, não têm fora de si suas determinações para deliberar sobre os problemas a serem enfrentados. Não há um povo escolhido, mas um povo que se escolheu e assim traçou seu próprio destino. Justificar não é buscar para além dos fatos as determinações que levaram a uma escolha, mas é perceber no próprio acontecido os elementos que permitiram a atualização das essências de todos os entes envolvidos no processo.

Desde o *Tratado de Reforma do Intelecto à Ética*, Espinosa preocupa-se claramente em eliminar as ficções do espírito humano para atingir o mundo com um discernimento livre de ilusões, contradições e confusões. O projeto baconiano de quebra dos *Idolas*<sup>7</sup> tem sua continuidade em Espinosa, respeitando, suas diferenças de método e os objetivos a serem alcançados. Em especial, na esfera da política, estas ilusões tomam forma e corpo, e contaminam todas as avaliações acerca dos homens. Obscurecem qualquer possibilidade de vislumbrar a ordem natural das coisas, construindo verdadeiros absurdos acerca da efetividade da ação humana, considerando “os homens na Natureza como um império dentro de um império.”<sup>8</sup>

Daí a crítica de Espinosa aos visionários das relações humanas, que, sem critérios para suas descrições do homem e de suas atividades, criam neste uma entidade inexistente; portanto, avaliam de forma equivocada a cada enunciado sobre a constituição de uma natureza humana. A tradição se pronuncia com base numa natureza humana que, antes se configura num grande sonho do que algo que efetivamente existe. À partir daí, todas as deduções e construções, formam apenas montagens enganadoras acerca dos homens no mundo. Os defensores da tradição, argumenta Espinosa:

Concebem os homens, efetivamente, não tais como são, mas como eles próprios gostariam que fossem. Daí, por consequência, que quase todos, em vez de uma ética, hajam escrito uma sátira, e não tinham sobre política vistas que possam ser postas em prática, devendo a

<sup>5</sup> Espinosa, *Tratado de Correção do Intelecto*, prop. 45.

<sup>6</sup> Espinosa, *Ética*, Parte I, prop. XXIX.

<sup>7</sup> Alusão a Bacon, no *Novum Organum* e a crítica à tradição através do desenvolvimento dos quatro ídolos (Tribos, Caverna, Teatro e Fórum).

<sup>8</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 308.

política, tal como a concebem, ser tomada por quimera, ou como respeitando ao domínio da utopia ou da idade de ouro, isto é, ao tempo em que nenhuma instrução era necessária.<sup>9</sup>

A invenção de uma natureza humana por parte dos teóricos, seja de qualquer espécie, conduz o intelecto a uma montanha de erros no que diz respeito à leitura que se faz dos homens em sua vida efetiva. Por isso, uma ideia de necessidade não pode ser de forma alguma idealizada, mas deve ser, no mínimo, realista. O que os homens fazem e a forma como agem, não é fruto de um plano divino ou de um destino: mas é consequência de sua natureza imediata; sua única constituinte, que determina a sua ação e lhe permite em sua mais íntima essência, observar as coisas como elas são. “A Natureza não tem qualquer fim que lhe seja prefixado e que todas as causas finais nada mais são do que ficções do espírito humano [...]”<sup>10</sup> Estamos num processo de desmistificação, desmitologização e quebra das fantasias e fábulas que atribuímos à Natureza, missão assumida pela teoria espinosista.

A ideia de Necessidade rompe com qualquer forma de idealização acerca do homem e recoloca este em contato com todas as suas potencialidades esquecidas e escondidas pela tradição.<sup>11</sup> As causas externas do agir humano são transformados em causas internas, e toda justificativa de suas ações não podem se dar senão no próprio homem. Este, enquanto modo dos atributos divinos de pensamento e extensão é consequência das mais puras necessidades da natureza. E uma perfeição divina, não pode mais ser pensada sob um viés moral; pois, desta forma, estaríamos atribuindo causas eternas à Deus, e não mais percebendo-o tal qual sua essência nos aparece.

Em consideração ao homem, este não é de forma alguma uma necessidade da Natureza, mas submete-se enquanto parte desta, às volições

e intempéries ocasionadas pelos estados reais e as situações vividas no mundo. “Com efeito, é da natureza da razão considerar as coisas como necessárias e não como contingentes. E ela percebe esta necessidade das coisas verdadeiramente, isto é, como ela é em si mesma. Mas essa necessidade das coisas é necessidade mesma da natureza de Deus”<sup>12</sup>

Estamos diante do rompimento das ficções ocasionadas pelos pensamentos humanos, o que Espinosa chama no *Tratado de Correção do Intelecto de conhecimento vago* ou até mesmo *conhecimento por ouvir dizer* que não só encontra-se em estado profundamente viciado na formalização de uma ideia, a partir de um modelo de causa e consequência, como numa inversão, de forma dramática, das causas finais para as causas eficientes, tornando-se um propulsor de ideias inadequadas num constante escamoteamento da realidade. Diante do modo do pensar na condição humana, Espinosa declara que:

[...] a Natureza de modo algum está submetida às leis da Razão humana que tendem unicamente à verdadeira utilidade e à conservação dos homens. Ela compreende uma infinidade de outras que respeitam à ordem eterna, à Natureza inteira, das quais o homem é uma parte. E é apenas pela necessidade desta ordem que todos os indivíduos estão determinados, de uma certa maneira, a existir e agir.<sup>13</sup>

Portanto, a autoconservação é o caminho a que tende todo ser. Garantir sua identidade e sua forma de vida; satisfazer seus desejos e afirmar a sua vontade. “A Vontade não pode ser chamada causa livre, mas somente causa necessária”<sup>14</sup>, por conseguinte, agir no mundo de forma livre é estar de acordo com as necessidades alocadas neste. Ou seja, movimentar-se de acordo com as circunstâncias e as ações dos outros corpos, de tal forma, à garantir existência do corpo ao qual pertença, e o máximo de impressão deste sobre os outros corpos. Imprimir-se sobre o outro é manifestar-se na própria necessidade de buscar insistentemente e de forma plena a garantia de unidade de si e de estar no mundo.

<sup>12</sup> Espinosa, *Ética*, Parte II, Prop. XLIV. Demonstração.

<sup>13</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 309.

<sup>14</sup> Espinosa, *Ética*, Parte I, prop. XXXI.

<sup>9</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 305.

<sup>10</sup> Espinosa, *Ética*, Parte I, prop. XXXIV. Apêndice.

<sup>11</sup> Segundo Deleuze, “a crítica de Espinosa tem dois pontos culminantes: nada é possível na Natureza, quer dizer, as essências dos modos não existentes não são modelos ou possibilidades em um entendimento divino legislador; nada é contingente na Natureza, ou seja, as existências não se produzem mediante o ato de uma vontade divina que como um príncipe há podido eleger um mundo e leis distintas.” *Espinosa: Filosofia Prática*.

O homem, em afecção, a mercê do mundo, livre em sua própria natureza e no divino, é aquele que vive mais de acordo com a realidade da substância do mundo, distante da ignorância e dos obscurantismos propostos por uma visão inadequada de Deus. A política é, portanto, local da necessidade; de um manifestar da natureza humana. Nos trâmites dos caminhos políticos o jogo das potências consagra uma ideia de autoconservação. Neste ponto estamos mais próximo de uma adequada compreensão do homem, segundo Espinosa. Suas motivações e movimentos em meio aos seus, são manifestações de sua natureza, que volitiva, procura se manter intacta neste mundo, em meio às outras potências. Segundo a *Ética*, “nenhuma coisa pode ser destruída, a não ser por uma causa exterior.”<sup>15</sup>

#### **A REALIDADE DOS ENTES POLÍTICOS: A ESFERA POLÍTICA ENQUANTO CAMPO DE ATUAÇÃO DO HUMANO**

Partimos do princípio que é neste mundo de atuação plena das potências que a vida se dá, visto que “toda coisa se esforça, enquanto está em si, por perseverar o seu ser.”<sup>16</sup> Levando em conta ainda que, na tentativa constante de manter a identidade, o ente, se movimenta a ponto de enfrentar ou desviar-se do ‘outro’. A natureza peculiar de cada ente determina seus traços, e faz de sua necessidade um caminho inevitável a ser seguido. A esfera da necessidade, de forma assaz, promove o embate dos contrários. A política é o campo das diferenças que, para se conservarem, por vezes precisam se opor, contrariar e até mesmo destruir o obstáculo à sua proliferação, manifestação e conservação. Assim, naturalmente, no existir, Espinosa dispara que “as coisas são de natureza contrária, isto é, não podem coexistir no mesmo sujeito, na medida em que uma pode destruir a outra.”<sup>17</sup> Parece que a guerra é inevitável; e justificada como um aspecto da própria necessidade, da natureza das coisas em geral, que, uma vez estando no mundo, pretendem se manter enquanto tal, na medida de suas forças e de acordo com sua própria essência. Partindo desta concepção de mundo, percebe-se que a ideia do

mestre Heráclito de *polêmos* (πολεμος)<sup>18</sup> é vigente, não obviamente, numa perspectiva dialética, mas, na de um combate constante e natural entre as partes componentes dos cosmos.

É da natureza do mundo este entrechoque de suas formas; é próprio do mundo, que algumas coisas esmaguem outras, e que os mais fracos e menos hábeis estejam condenados a ser tornarem presas dos mais fortes. A guerra da autoconservação guia a natureza humana para um embate da qual, uma fuga, representa não estar mais no mundo, e o enfrentamento das adversidades não significa somente uma afirmação de todos os aspectos ontológicos dos seres que pelejam, mas o extinguir-se daqueles que não suportam um chamamento de sua própria natureza. Frente a frente com a natureza humana, sem mais nada a esconder ou fábulas a contar, a política representa este jogo mortal dos seres que querem se autoconservar.

Um projeto político numa perspectiva idealista ou de arquétipos, no fundo é, a ocultação dos atores, que buscam, nada além, do que satisfazer, realizar suas alegrias e debandar as suas tristezas. A vontade e os apetites, lançam os seres para o enfrentamento da necessidade. A realidade do homem é os seus desejos, sua missão suprema de autoconservação (*conatus*) e o cuidado de seus afetos: fora deste esboço, atribuímos um reinado ao homem, no qual ele não poderá, de forma alguma ser seu soberano. “Ou seja, dizem que a alma pode sentir e perceber de muitos modos, não a si mesma nem as coisas que existem, mas somente aquelas que não são nem em si, nem em parte nenhuma; a alma pode, por sua força somente, criar sensações ou ideias que não são aquelas das coisas, de tal modo que em parte a consideram como um Deus.”<sup>19</sup>

Recolocar o essencial ou aquilo que movimenta o motor da história, enquanto ponto de partida para a fundamentação de um ideia

<sup>18</sup> “É necessário saber que a guerra é comum e que a justiça é discórdia e que tudo acontece mediante discórdia e necessidade. A guerra é a origem de todas as coisas e de todas ela é soberana, a uns ela apresenta-os como deuses, a outros, como homens; de uns ela faz escravos, de outros, homens livres.” *Os Filósofos Pré-socráticos*, p. 200.

<sup>19</sup> Espinosa, *Tratado de Correção do Intelecto*, prop. 60.

<sup>15</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. IV.

<sup>16</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. VII.

<sup>17</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. VI.

de Estado e de uma concepção política significa uma das empreitadas espinosistas em seus implacáveis ataques à tradição como um todo e na forma como ela fora montada. Note-se que, mesmo estas ficções teóricas e que tentaram explicar o mundo também são frutos de uma tentativa de autoconservação. Mas a força, quando liberta; o intelecto, quando esclarecido; a liberdade, na medida de sua restauração; e o reconhecimento dos afetos; são lanças no coração da crença e um martelo no castelo de cartas construídos pela história.

Noutros termos, no deduzir do estudo da natureza humana e, para contribuir para este estudo com a mesma liberdade de espírito que é costume contribuir para as investigações matemáticas, tive todo cuidado em não ridicularizar as ações dos homens, não as lamentar, não as detestar, mas adquirir delas verdadeiro conhecimento. Considerei também as emoções humanas, tais como o amor, o ódio, a cólera, a inveja, a soberba, a piedade e outras inclinações da alma, não como vícios mas como propriedades da natureza humana: maneiras de ser que lhe pertencem como o calor e o frio, a tempestade, a trovoadas e todos os meteoros pertencentes à natureza atmosférica.<sup>20</sup>

Espinosa esclarece o seu projeto teórico, que vem desde sua *Ética* e desemboca numa visão política. Ponto de vista que precisa levar em conta aquilo que os homens são (necessidade) e não como gostaríamos que eles fossem, ou seja, deve-se agora apontar que “os homens são mais conduzidos pelo desejo cego que pela Razão.”<sup>21</sup> Outra consideração fundamental, marca em Espinosa os abismos que há entre os desejos dos homens, promovendo uma primeira separação; mas, no fundo, encontram-se quando buscam se realizar. Não que possamos desejar necessariamente as mesmas coisas, mas a satisfação de um desejo, ou de um afeto, pode implicar no enfraquecimento de outro ser, portanto, na sua não satisfação, sua tristeza e até mesmo eliminação. Já que um se dá, enquanto ameaça somente como causa externa de outro. Pois “[...] cada um julga, segundo a sua afecção, o que é bom, o que é mau, o que é melhor e o que é pior, daí segue

que os homens podem diferir tanto por juízo como pelas afecções.”<sup>22</sup>

A política enquanto o lugar dos diferentes, também pode ser enquadrada como terreno de apresentação dos desejos, enquanto este, *cupiditas*, é considerado por Espinosa como “a própria essência do homem”<sup>23</sup>. O desejo é justamente uma afecção do homem que se move em direção a sua realização enquanto ser e atualização de sua perfeição (necessidade), seja numa determinação de alegria, ou de tristeza. Em vista disso, Espinosa declara que, “pelo nome de desejo entendo todos os esforços, impulsões, apetites e volições do homem, os quais variam segundo a disposição variável de um mesmo homem e não raro são de tal modo opostos entre si que o homem é puxado em sentidos contrários e não sabe onde voltar-se.”<sup>24</sup> Percebe-se a partir desta concepção de homem, que, apesar de constituir-se numa humanidade e serem partícipes de uma mesma substância, são ao mesmo tempo, tão distante de si pela forma como são afetados e geram suas afecções no mundo.

Os homens parecem, num primeiro plano, como indivíduos incomunicáveis, insociáveis e numa relação absoluta com relação a outrem; pois, este pode ser causa de sua afecção de tristeza e de não complemento de seus desejos. O outro, transforma-se portanto, enquanto não realização daquilo que o ente deseja, não somente uma ameaça, como uma impossibilidade de passagem de uma perfeição menor para um estágio de perfeição maior.

Um guerra efetiva, natural e constituinte de todos os entes do mundo; para existir, sujeito aos maiores graus de necessidade do mundo, os entes estão submetidos à estes conflitos; a guerra dos afetos, dos desejos, das afecções e a busca de confirmação da essência são o palco de um ‘estado de natureza’, real, do qual todas as coisas derivam. As consequências destas relações podem ser aceleradas ou reprimidas; estimuladas ou manipuladas; mas a essência do ser-do-homem, enquanto o ente do desejo é sua causa necessária para o existir. Por conseguinte, Espinosa escreve que, “a capacidade natural dos

<sup>20</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 306.

<sup>21</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 308.

<sup>22</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LI, Escólio.

<sup>23</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX. Definição das Afecções.

<sup>24</sup> *Ibidem*. Idem.

homens, isto é, o seu direito natural, deve ser definido não pela Razão, mas por toda vontade que os determina a agir e através do qual se esforçam para se conservar.”<sup>25</sup>. Uma concepção de Estado, só pode ser pensada, se sua base estiver adequadamente exposta em sua essência, ou seja, o homem e suas afecções.

A essência, portanto deste Estado é o homem; e estado natural do homem é o desejo; as determinações políticas se dão muito mais no campo dos sentimentos do que em posicionamentos racionais. Fora deste enquadramento e distante destes pressupostos, qualquer teoria seria digna de uma ficção. Não estaria disposta nem apta a se corresponder de fato à existência real das coisas, invertendo as causas e os efeitos e conjeturando à partir daí, uma natureza humana em axiomas falsos e falaciosos. A Razão, segundo Espinosa, é um modo de ser do homem, o atributo de pensamento. Mas o corpo, é um caso à parte e fundamental nesta estrutura que compõem o humano; este detém um determinada autonomia, sua forma de relação própria e é estado puro de afecção. Desta maneira, afeta alma e propõem caminhos à razão, das quais esta, por muitas vezes não pode esquivar-se.

Uma afecção, enquanto se refere à alma, é uma ideia, pela qual a alma afirma a força de existir do seu corpo, maior ou menor que antes. Quando, portanto, a alma é dominada por alguma afecção, o corpo é simultaneamente afetado por alguma modificação pela qual se aumenta ou diminui o seu poder de agir. Ora essa afecção do corpo recebe da sua causa a força de perseverar no seu ser a qual por conseguinte, não pode ser refreada nem suprimida a não ser por uma causa corpórea, que afete o corpo de uma modificação contrária à primeira e mais forte que ela e, por consequência a alma é afetada, a alma é afetada pela ideia de uma modificação mais forte e contrária à primeira.<sup>26</sup>

O jogo político não é palco privilegiado de uma razão que se manifesta pura em sua plenitude. Não é um campo livre de influências que se escondem, determinam e impulsionam o agir e os enunciados. O corpo, suas paixões, sua

lubricidade<sup>27</sup>, a avareza<sup>28</sup>, a embriaguez<sup>29</sup>, a luxúria<sup>30</sup>, a cólera<sup>31</sup>, a crueldade ou ferocidade<sup>32</sup>, e a pusilanimidade<sup>33</sup>, entre outros, são afetos que estrelam brilhantemente no céu negro das escolhas. Se fazem presentes, tanto quanto a comiseração<sup>34</sup>, a segurança<sup>35</sup> e a alegria<sup>36</sup>, que aqui, não funcionam como antônimos, mas, demonstração da tensão afetiva constante em que se encontra um sujeito em modo de ação no mundo. Espinosa fundamentara as variantes dos afetos humanos, para daí, haurir uma base sólida na sua leitura sobre as relações nas quais estes diversos estados afetivos se encontram.

## CONCLUSÃO

Não há possibilidade alguma de deixarmos de lado as afecções e não sermos afetados no mundo: a única saída, neste ponto, seria transformar a essência completamente, passando a ponte do *conatus* para a paixão (*passion*) pura, ou seja, a morte. Fora desta condição de morte, a imersão nesta temporalidade dos afetos significa operar com o mundo e tudo que lhe faz parte, ou seja, sentir em maior ou menor grau as formas inúmeras das afecções. Infinitas maneiras de sentir, em que, uma à uma, são traços de uma criatura viva, de um ente movente e um sujeito que busca uma maior perfeição de si no mundo. A necessidade no mundo é um desfile de paixões que afirmam os entes e delatam uma natureza humana. Todos os homens são iguais, “bárbaros

<sup>27</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XLVIII. *Libitia*.

<sup>28</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XLVII. *Avaritia*.

<sup>29</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XLVI. *Ebrietas*.

<sup>30</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XLV. *Luxuria*.

<sup>31</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XXXVI. *Ira*.

<sup>32</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XXXVIII. *Crudelitas seu Saevitia*.

<sup>33</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XLI. *Pusillanimitas*.

<sup>34</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XVIII. *Comiseratio*.

<sup>35</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação XIV. *Securitas*.

<sup>36</sup> Espinosa, *Ética*, Parte III, prop. LIX, Explicação II. *Laetitia*.

<sup>25</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 308

<sup>26</sup> Espinosa, *Ética*, Parte IV, prop. VII, Demonstração.

ou cultivados estabelecem em toda parte costumes e se dão um estatuto civil, não dos ensinamentos da razão, mas da natureza dos homens, isto é, da sua condição que se deve deduzir as causas e os fundamentos naturais dos poderes públicos”.<sup>37</sup>

Espinosa discerne que, um estado *in natura*, constante, latente e oculto pela própria ignorância dos homens é que deve ser o motivo de sociabilidade entre os homens. Tendo em vista esta natureza, pois, em “*verdade os homens são feitos de tal maneira que não podem viver sem uma lei comum.*”<sup>38</sup> Enumera-se assim a qualidades comuns do homens e suas virtudes. Qualificação humana tal que, resume o estar no mundo para Espinosa como uma certa coragem. Sentimento que permite aos sujeitos enfrentarem-se no seu cotidiano, resguardando-se ao máximo e por vezes, muito mais do que isso, em prol da vida e de seu estado de autoconservação. “Com efeito, a liberdade da alma, quer dizer, a coragem, é virtude privada; a virtude necessária ao estado é a segurança.”<sup>39</sup>

O Estado pode ser a única garantia de uma vida tranquila e segura, em meio ao turbilhão que é, para Espinosa, a essência do homem. Enunciado tal, que se confirma na medida em que voltamo-nos para uma relação de autoconservação – isto é: cada um fará tudo aquilo que lhe parecer conveniente, para perpetuar a sua essência. Se essa ação não obedece outras regras, a não ser a condução sem rumo algum da necessidade, os entes, correm risco completo em sua pequena fração de eternidade, de serem eliminados. O Estado aqui, significa a força, que, em Espinosa, não protege os *conatus* mais fracos dos mais fortes. Mas, confirma a superioridade daquele, que ao manifestar-se exerce sua influência sobre o menos perfeito, numa relação de normalidade e naturalidade, pois é desta forma, que a Natureza é conduzida. À par deste esquadro, é tratar a natureza em todas as suas formas (e o homem é uma forma desta), com concepções inadequadas e que não dizem respeito a maneira como o homem se move e se determina no mundo. O Estado, nada mais é do que um resultado da

natureza humana; um Estado verdadeiro, está comprometido com esta Natureza; viver conforme a razão neste Estado é perceber a necessidade e a infinidade de paixões que se manifestam através desta. O primordial destes sentimentos, aquele pela vida, é verdade imanente de todo ente; sua força e capacidade de ação não são consequências de um livre arbítrio, mas de sua Razão e de sua Natureza.

E assim chamo livre a um homem na medida em que vive sob a conduta da Razão porque, nesta mesma medida, é determinado a agir por causas que podem ser adequadamente conhecidas unicamente através de sua natureza, ainda que essas causa o determinem necessariamente a agir. A liberdade com efeito, como o mostramos, não suprime, mas, pelo contrário, coloca a necessidade da ação.<sup>40</sup>

Agir é colocar-se diante do mundo enquanto um ser movente, que busca seu espaço e tenta realizar os seus desejos. Implica necessariamente atuar à partir de algumas condições e sobre outros entes; não há espaços vazios na Natureza, mas pontos que são ocupados, ora por um, ora por outro ente que, de acordo com sua essência, seu grau de perfeição e sua determinação para sua autoconservação, ocupam estes lugares, e buscam se manter neles, até que sejam destituídos e adiram a mais um aspecto da necessidade. A política enquanto esfera da liberdade é em Espinosa, liberdade de ação. Ação que, pela sua própria natureza parte da, afirmação efetiva das essências, eliminando os obstáculos insurgentes ou ainda aquilo que lhe busca extinguir; ou aderindo à extinção por causa de uma ação de igual ou maior força na natureza. Desta forma, não há nada “[...] efetivamente, na Natureza que se possa pertencer de direito a um e não a outro, mas tudo é de todos, isto é, cada um tem direito na medida em que possui poder.”<sup>41</sup>

A política é o direito do mais forte, se, segundo Espinosa, uma visão adequada das formas e motivações dos homens em agir forem levadas em consideração. O Estado espinosista respeita um visão de natureza humana que

<sup>37</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 307.

<sup>38</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 305.

<sup>39</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 307.

<sup>40</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 310.

<sup>41</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 310.

estabelece um jogo constante dos seres que no fundo, prezam somente pela sua vida. Criam economias, teorias, filosofias, religiões e toda parafernália moral para determinar suas ações; mas em nível mais profundo, o que está em jogo é a tentativa dos homens, em sua natureza comum e suas peculiares formas de manifestação manterem-se vivos. A moralidade explica a vida, mas um tipo determinado de vida. Ela não justifica nem a vida nem as ações deliberadas dos homens. A necessidade é a causa eficiente de todas as coisas; a realidade enquanto aquilo que o ser é, em sua verdade mais clara e imanente é a única explicação plausível para as escolhas dos homens, suas formas de vida e seus valores.

O homem livre realiza-se de acordo com sua natureza e domina-se enquanto sujeito das afecções. Domina suas forças, concentra-as e dissipa-as de acordo com as oportunidades e as circunstâncias; mantém seus acordos em vista de, junto com o outro realizarem os propósitos de sua natureza perfeita. Por isso, “dois indivíduos, absolutamente da mesma natureza, se unem um ao outro, formam um indivíduo duas vezes mais poderoso que cada um deles separadamente. Portanto, nada mais útil ao homem do que o próprio homem.”<sup>42</sup>

Apenas os homens livres se encontram de fato na cidade. Somente estes têm espaço para suas deliberações e pode muito além de desejar ser feliz, agir bem e viver bem, procurar enquanto homens “ser, agir e viver, isto é, existir em ato.”<sup>43</sup> Espinosa conclui que “a melhor regra da vida para se conservar a si mesmo tanto quanto possível é aquela que é instituída pela razão, e daí resulta que o melhor que faz, seja um homem, seja uma cidade, é o que fizer enquanto for completamente senhor de si próprio.”<sup>44</sup> A virtude dos homens livres consiste em agir, viver e conservar o seu ser, tanto quanto lhe for preciso como em tudo que lhe for útil. Uma cidade soberana se dá somente nestas condições, e viverá conforme as designações destes homens livres. Esta vive em processo de constante autorrealização dos sujeitos que se adequaram a sua natureza, reconhecem suas afecções e

restabelecem-se de acordo sua virtude (aquilo que é útil para agir, viver e conservar o seu ser). Por isso, na realização plena da essência do homem, este vive sobre o estandarte da esperança. Um sentimento doce e pleno, que supera uma instabilidade e tensão entre as diferentes afecções dos sujeitos e lhes coloca como potência absoluta indo ao encontro, cada qual de seu ser. A alegria torna-se um estado latente, pois a perfeição se realiza a cada passo, onde “o bem que cada um dos que segue a virtude deseja para si, desejá-lo-á também para os outros homens.”

No estado de natureza, os homens são tão distantes entre si, que as discordâncias não seria resolvidas no discurso, mas na ação. O *conatus* impera e delibera conforme sua necessidade e tal ação teria sua plena justificativa neste estado. Se uma sociedade de homens que pudessem se realizar em sua essência e no alcance deste estado natural é praticamente impossível, a cidade é criada como um meio capaz de refrear a razão e extirpar as afecções entre os homens com vista de, externamente, propor uma outra condição de vida. Externa, pois, uma ideia de bem e mau, justo e injusto deverá ser arquitetada para fundamentar o juiz (soberano) que age conforme as ações dos homens e julga mediante suas prerrogativas de superior e absoluto.

O temor se instaura, e por medo de extirpar sua própria vida, o cidadão não infringe as convenções do soberano. O homem livre do estado natural, se adequa às condições que lhe são propostas e deixa exercer sobre si, uma força maior que a sua, sob pena de que, insistindo com a sua força, seu ser seja extinto. Por isso, a liberdade é cerceada nesta cidade e o terror e a tristeza instaurados. “Sobre uma população livre a esperança exerce maior influência que o medo; sob uma população submetida pela força, pelo contrário, é o medo o grande móbil, não a esperança.”<sup>45</sup> Uma sociedade, dando plenas condições de natureza aos seus partícipes é a única que pode ser realmente virtuosa ou livre. Fora disso, a essência do homem é negada numa justificativa política de paz e ordem, ao mesmo tempo ressona o medo, a prisão e a tristeza.

Concluimos nesta análise que Espinosa esclarece estas diferenças bem como norteia uma

<sup>42</sup> Espinosa, *Ética*, Parte IV, prop. XVIII, escólio.

<sup>43</sup> Espinosa, *Ética*, Parte IV, prop. XXI.

<sup>44</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 319.

<sup>45</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 321.



ideia de liberdade para demonstrar nossa infelicidade, corruptibilidade, hipocrisia e desnaturalização. Uma cidade livre, e para poucos, ou uma sociedade controlado, e para muitos. Classe de uma minoria que busca sua alegria conhece seus limites e preza pela liberdade dos seus, mesmo que, por vezes isso lhe custe a própria vida. Ou ainda, de uma maioria, que vive sob o pavor, desconhecendo a necessidade das coisas e do mundo, e tendo uma imagem fraca e débil de si mesma, renuncia o seu próprio ser com a promessa de se manter no mundo ao menos, viva. “Da primeira pode-se dizer que tem culto da vida, da segunda, que procura apenas escapar à morte; uma, digo que se esforça para viver por si mesma, a outra obedece constrangida a lei do vencedor.”<sup>46</sup>



#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles. **Filosofia Prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

ESPINOSA, Baruch de. *Ética.* Tradução e notas da Parte I de Joaquim de Carvalho, tradução das Partes II e III de Joaquim Ferreira Gomes, tradução das Partes IV e V de Antônio Simões. In: \_\_\_\_\_. **Espinosa.** Seleção de textos de Marilena Chauí; traduções por Marilena Chauí et al. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 69-299. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Tratado da Correção do Intelecto.* Tradução e notas de Carlos Lopes de Mattos. In: \_\_\_\_\_. **Espinosa.** Seleção de textos de Marilena Chauí; traduções por Marilena Chauí et al. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 41-68. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Tratado Político.* Tradução de Manuel de Castro. In: \_\_\_\_\_. **Espinosa.** Seleção de textos de Marilena Chauí; traduções por Marilena Chauí et al. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 301-364. (Os Pensadores).



---

<sup>46</sup> Espinosa, *Tratado Político*, p. 321.